

## Bolsa fecha em alta sustentada por Petrobras; dólar sobe após críticas de Lula ao BC

A Bolsa fechou em alta ontem (6), na contra-mão dos principais índices de ações nos Estados Unidos, sustentada pela Petrobras, que subiu seguindo a tendência do petróleo. O dólar avançou com os investidores mais apreensivos com a relação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Banco Central.

O Ibovespa fechou em alta de 0,18%, a 108.721 pontos. O dólar comercial à vista fechou em alta de 0,54%, a R\$ 5,175.

Os juros futuros ficaram mais próximos da estabilidade. Os contratos com vencimento em 2024 saíram de 13,77% do fechamento da última sexta-feira (3) para 13,79% ao ano. Para 2025,

a taxa caiu de 13,22% para 13,196%. Para 2027, o recuo foi de 13,12% para 13,06%.

A piora das expectativas vem dos ruídos gerados pelas críticas de Lula à condução da política monetária. Em evento no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) nesta segunda (6), Lula disse ser “uma vergonha esse aumento de juro”.

Na quinta-feira (2), um dia depois de o BC subir o tom dos alertas sobre riscos fiscais no comunicado em que justificou a manutenção da Selic em 13,75%, Lula chamou o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, de “esse cidadão”. O petista disse ainda que pode rever a autonomia da autoridade monetária – aprovada em fevereiro de 2021.

O dia foi marcado também pelo novo boletim Focus, pesquisa do BC com economistas, que mostrou um aumento, pela oitava semana seguida, nas projeções para a inflação em 2023. Foi elevada também a estimativa de juros para o fim de 2024, de 9,50% ao ano para 9,75%.

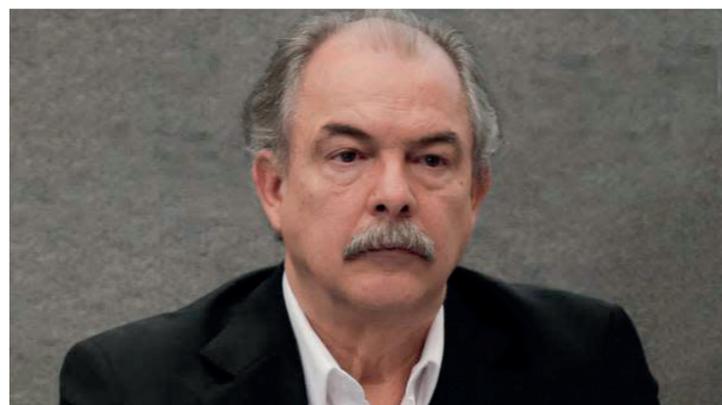
Francisco Levy, estrategista-chefe da Empiricus Investimentos, ressalta que o dólar se fortaleceu contra todas as principais moedas globais nesta segunda, não só sobre o real. O índice DXY, que compara o dólar com outras divisas globais importantes, subiu 0,70%.

Neste cenário, os contratos de juros futuros refletem mais diretamente a apreensão dos investidores.

Ana Paula Branco/Folhapress



### Economia



**Taxa de empréstimo do BNDES será debatida, mas sem disputa com sistema privado, diz Mercadante**

Página - 03

### Política

**Lula diz que não há justificativa para Selic estar em 13,75% ao ano**

Página - 04

**Empresários criticam falas de Lula sobre BC e defendem Campos Neto**

Página - 04

**Poupança tem retirada recorde de R\$ 33,63 bi em janeiro**

Página - 03



**Maior poder de compra de adubos tem benefício limitado para safra 22/23, diz Agrinvest**

Página - 05

**Cacau tem nova preocupação com oferta global e começa semana no positivo**

Pg - 05



## No Mundo

### Terremoto agrava crise humanitária em áreas devastadas pela guerra civil na Síria



Os fortes terremotos que atingiram a Turquia e a Síria aumentaram ainda mais o sofrimento de milhões de pessoas já afetadas por outra tragédia na região: a guerra civil no país árabe.

A região mais atingida pelos tremores na Síria, o noroeste do país, é justamente um território dominado por rebeldes que lutam contra o governo do ditador Bashar al-Assad.

A área já foi completamente devastada pela sangrenta guerra civil que começou em março de 2011 e causou centenas de milhares de mortes, envolvendo diversos grupos e países estrangeiros, como a Rússia e

os Estados Unidos. A infraestrutura das províncias de Latakia, Hama e Aleppo foi muito danificada pela guerra, especialmente em relação à destruição de prédios como hospitais e clínicas de saúde.

Em partes do território, qualquer tipo de atendimento médico é oferecido apenas pelas ONGs, sem presença estatal.

O nível de destruição dessa infraestrutura está tornando ainda mais difícil os trabalhos de socorristas e médicos dedicados a tratar os feridos pelos terremotos. Para piorar, o mau tempo, com muito frio e chuva, também está atrapalhando os trabalhos.

O grupo Capacetes Brancos, um serviço de resgate fun-

dado em território controlado por rebeldes para tratar pessoas feridas em bombardeios, disse que pelo menos 390 pessoas foram mortas na área controlada pelos rebeldes.

A chefia dos Capacetes Brancos pediu ajuda ao governo de al-Assad e pediu que os bombardeios contra os rebeldes cessem para que os feridos pelo terremoto possam ser tratados.

Na cidade de Jandaris, controlada pelos rebeldes, na província de Aleppo, uma reportagem da agência de notícias Reuters descreveu que um prédio de vários andares destruído pelo primeiro terremoto virou um depósito com monte de concreto, barras de aço e fardos de roupas. CNN

### Turquia pede ajuda emergencial para a Otan após terremotos

A Turquia enviou um pedido formal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e seus aliados para obter assistência para lidar com as consequências do terremoto desta segunda-feira (6).

O país solicitou assistência médica e equipamentos, várias unidades urbanas de busca e salvamento, bem como “hospitais de campanha totalmente equipados e à prova de intempéries extremas, com pessoal técnico para a montagem”.

Um terremoto de magnitude 7,8 atingiu o sul da Turquia na madrugada desta segunda, e foi seguido por mais de 120 tremores secundários, incluindo um terremoto de 7,5 no sudeste do país. Mais de 3.000 pessoas morreram na Turquia e na Síria. CNN

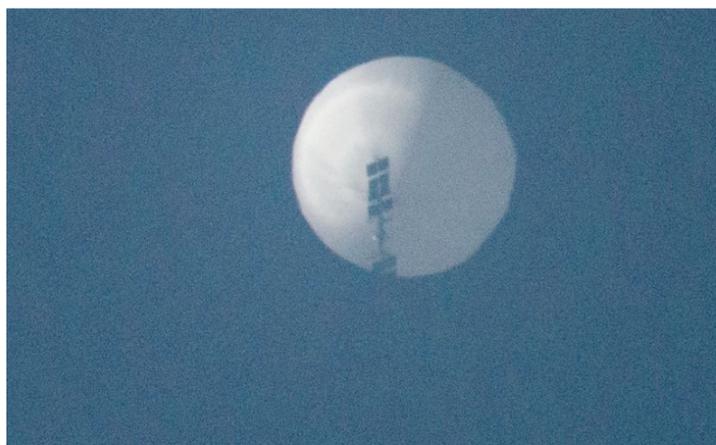
A resposta está sendo coordenada pelo Centro Euro-Atlântico de Coordenação de Resposta a Desastres da Otan, sediado na sede da Organização em Bruxelas.

O terremoto foi um dos mais fortes a atingir a região em um século e tirou os moradores de suas camas por volta das 4h da manhã desta segunda-feira, com tremores chegando até o Líbano e Israel.

O epicentro do terremoto de magnitude 7,8 foi 23 quilômetros a leste de Nurdagi, na província turca de Gaziantep, a uma profundidade de 24,1 quilômetros, disse o Serviço Geológico dos Estados Unidos. É provável que fortes tremores secundários continuem nas horas e até nos próximos dias após um terremoto tão forte como este, de acordo com os meteorologistas da CNN. CNN



### China diz que derrubada de balão pelos EUA prejudica seriamente relações diplomáticas



A diplomacia de Pequim voltou a atacar nesta segunda-feira (6) a decisão dos Estados Unidos de derrubar um balão chinês, acusado por Washington de atividades de espionagem. Segundo o país asiático, o artefato era civil e destinado a pesquisas meteorológicas.

“As ações impactam e prejudicam seriamente os esforços de ambas as partes e o progresso para estabilizar as relações sino-americanas”, disse o vice-ministro das Relações Exteriores da China, Xie Feng, em nota encaminhada à embaixada dos EUA em Pequim e mais tarde publicada no site da chancelaria.

O texto destaca que o

país “se opõe firmemente à decisão e protesta de forma veemente contra ela”, afirmando ainda que o regime de Xi Jinping vai acompanhar os desdobramentos da situação.

Na tarde de sábado (4), um caça da Força Aérea americana abateu um balão chinês na costa da Carolina do Sul. Dias antes, a descoberta do artefato gerou uma contenda entre as duas partes, com o adiamento de uma viagem a Pequim do secretário de Estado, Antony Blinken.

O deslocamento do responsável pela diplomacia americana se daria justamente num contexto de esforços para reaproximar as potências, depois de Xi ter se encontrado pessoalmente com o presi-

dente Joe Biden em novembro, na Indonésia, na sequência de meses de alta tensão -ante discussões comerciais, diplomáticas e militares.

Mais recentemente, de todo modo, o clima tinha voltado a azedar, com os EUA tendo anunciado em Manila um acordo para o uso de mais quatro bases militares nas Filipinas, expandindo a presença no mar do Sul da China, região reivindicada por Pequim.

Washington detectou o suposto balão espião de alta altitude em 28 de janeiro. Três dias depois, o artefato passou ao espaço aéreo canadense e voltou ao americano no dia 31. Só na quinta (2) o Pentágono noticiou o caso. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

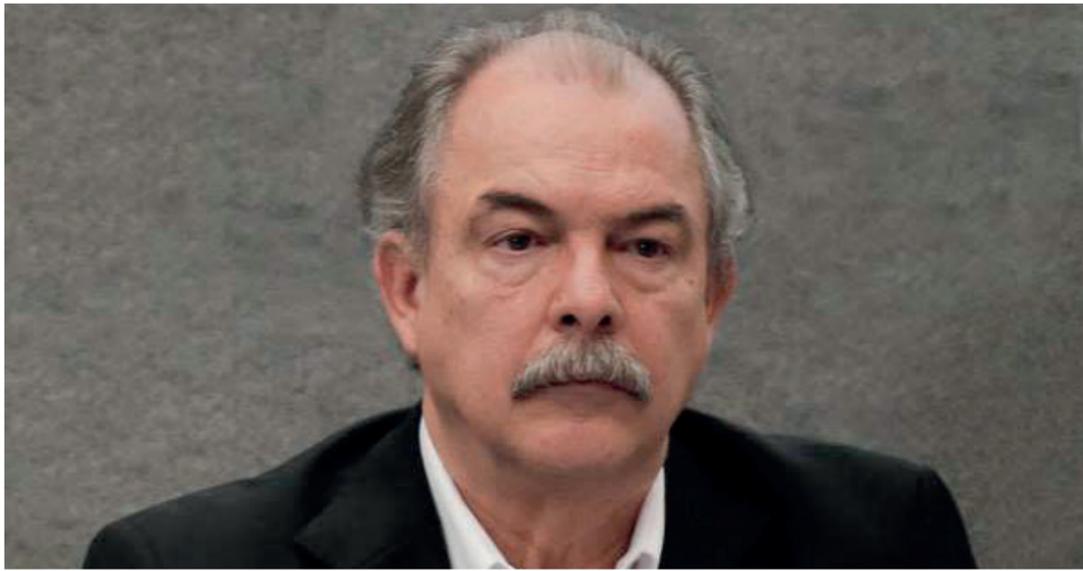
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Taxa de empréstimo do BNDES será debatida, mas sem disputa com sistema privado, diz Mercadante



O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aluizio Mercadante, disse nesta segunda-feira (6) que pretende debater a TLP (Taxa de Longo Prazo). No entanto, alerta que não pretende “competir com o setor financeiro privado”. “Debateremos ajuste da TLP, não queremos e não estamos reivindicando padrão de subsídios no orçamento como ocorreu no passado, mas uma taxa de juros mais competitiva, sobretudo, para micro, pequenas e médias empresas”, disse em discurso de posse.

Mercadante diz que a intenção do banco é impulsionar a digitalização das micro, pequenas e médias empresas

e cooperativas com crédito indireto de R\$ 65 bilhões, via garantias por crédito privado.

“Vamos apoiar com mais determinação o crescimento e a modernização das micro, pequenas e médias empresas, que são grandes geradoras de emprego e renda”.

“Se quisermos ter futuro, precisamos de um BNDES mais presente e atuante e de uma relação de equilíbrio com o Tesouro, mas não pretendemos disputar mercado com o sistema financeiro privado. Isso não é papel do BNDES”, completou.

A TLP foi criada em 2017 para impedir que a instituição adotasse uma taxa menor do que a definida pelo Banco Central. A política anterior do banco de fomen-

to era alvo de críticas por causar desequilíbrio entre os setores público e privado no setor de crédito corporativo.

O modelo foi usado nos governos petistas, quando centenas de bilhões de reais de recursos do Tesouro Nacional foram usados para bancar crédito com juros abaixo da Selic para setores eleitos como “campeões nacionais”. O resultado foi o aumento da dívida pública e queda na taxa de investimentos.

“Atualmente, a TLP apresenta enorme volatilidade e representa um custo financeiro acima do custo da dívida pública federal, o que penaliza de forma desnecessária as micro pequenas e médias empresas”, disse Mercadante em seu discurso. CNN

## Mercado financeiro eleva projeção da inflação de 5,74% para 5,78%

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - subiu de 5,74% para 5,78% para este ano. A estimativa consta do Boletim Focus de ontem (6), pesquisa divulgada semanalmente pelo BC, em Brasília, com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 3,93%. Para 2025 e 2026, as estimativas são de inflação em 3,5%, para ambos os anos.

A previsão para 2023 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o li-

mite inferior é de 1,75% e o superior de 4,75%.

Da mesma forma, a projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista - 3% - também com os intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual. De acordo com o Banco Central, a inflação só ficará dentro da meta a partir de 2024, quando deverá se situar em 3%, e em 2025, (2,8%). Para esses dois anos, o CMN estabelece uma meta de 3% para o IPCA.

Em janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que é a prévia da inflação, teve aumento de 0,55%, segundo o IBGE.

Em 2022, o Índice Nacional de Preços ao IPCA, que mede a inflação oficial, fechou com uma taxa de 5,79% acumulada no ano. A meta estava em 3,5%, com a mesma margem de tolerância, e podia variar entre 2% e 5%.

Andria Verdélio/ABR



## Poupança tem retirada recorde de R\$ 33,63 bi em janeiro



Mesmo voltando a render mais que a inflação, a aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros enfrentar fuga recorde de recursos. Em janeiro, os brasileiros sacaram R\$ 33,63 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou ontem (6) o BC.

A retirada líquida (saques menos depósitos) é a maior para todos os meses desde o início da série histórica, em 1995. O recorde anterior foi registrado em agosto do ano passado, quando os correntistas sacaram R\$ 22,02 bilhões a mais do que depositaram.

Em 2022, a caderneta registrou fuga líquida (mais saques que depósitos) recorde de R\$ 103,24 bilhões, em um cenário de inflação e endivi-

damento altos. Os rendimentos voltaram a ganhar da inflação por causa dos aumentos da taxa Selic (juros básicos da economia), mas outras aplicações de renda fixa são mais atraentes que a poupança.

Em 2020, a poupança tinha registrado captação líquida (depósitos menos saques) recorde de R\$ 166,31 bilhões. Contribuiu para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, que foi depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

A fuga líquida em janeiro equivale a quase o total da diferença entre saques e depósitos em 2021. Naquele ano, a poupança tinha registrado retirada líquida de R\$ 35,5

bilhões. A aplicação foi pressionada pelo fim do auxílio emergencial, pelos rendimentos baixos e pelo endividamento maior dos brasileiros.

Até recentemente, a poupança rendia 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia). Desde dezembro do ano passado, a aplicação passou a render o equivalente à taxa referencial (TR) mais 6,17% ao ano, porque a Selic voltou a ficar acima de 8,5% ao ano. Atualmente, os juros básicos estão em 13,75% ao ano, o que fez a aplicação financeira deixar de perder para a inflação pela primeira vez desde meados de 2020.

Nos 12 meses terminados em janeiro, a aplicação rendeu 8,06%, segundo o Banco Central. Wellton Máximo/ABR

## Política

### Lula diz que não há justificativa para Selic estar em 13,75% ao ano



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar o nível da taxa Selic, juros básicos da economia, definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC). Na semana passada, o Copom manteve a taxa em 13,75% ao ano. Para o presidente, não existe nenhuma justificativa para que a Selic esteja neste momento nesse patamar.

“É só ver a carta do Copom para a gente saber que é uma vergonha esse aumento de juros e a explicação que deram para a sociedade brasileira”, disse hoje (6), durante a posse de Aloizio Mercadante na presidência do BNDES.

“Como é que vou pedir para o Josué [Gomes, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São

Paulo - Fiesp] fazer com que os empresários ligados a Fiesp vão investir, se eles não conseguem tomar dinheiro emprestado”, disse Lula.

Para o presidente, a questão não se resume ao fato de o Banco Central ser independente. “Agora resolveu tudo. O Banco Central é independente e não vai mais ter problema de juro. Ledo engano. O problema não é de um banco independente ou ligado ao governo. O problema é que este país tem uma cultura de viver com juros altos, que não combina com a necessidade de crescimento que nós temos.”

Na visão do presidente, a sociedade brasileira não pode aceitar um patamar como esse, e a classe empresarial precisa aprender a reclamar de juros altos. “Eles [empresá-

rios] não falam. No meu tempo, 10% era muito, hoje [o percentual de] 13,5% é pouco. Se a classe empresarial não se manifestar, se as pessoas acharem que vocês estão felizes com 13,5%, sinceramente, eles [integrantes do Copom] não vão baixar juros. Nós precisamos ter noção. Não é o Lula que tem que brigar, não. Quem tem que brigar é a sociedade brasileira”, afirmou.

Lula contou que ouve de muita gente que o presidente da República não pode criticar o patamar elevado da taxa de juros. “Se eu que fui eleito não puder falar, quem vou querer que fale? O catador de material reciclável. Não. Eu tenho que falar porque, quando era presidente, era cobrado”, completou.

Cristina Índio do Brasil/ABR

### Empresários criticam falas de Lula sobre BC e defendem Campos Neto



A escalada das críticas que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem fazendo ao Banco Central aumentou o desconforto no setor privado. Incomodados com as falas do presidente, empresários defendem o chefe da autarquia, Roberto Campos Neto, e alertam que a retórica tem provocado um efeito inverso ao que deveria ser o intuito de Lula, com piora nas expectativas de inflação e pressão sobre os juros.

Nesta segunda (6), Lula voltou a criticar a atuação da autoridade monetária e disse que o atual patamar da Selic em 13,75% ao ano é uma vergonha.

Flavio Rocha, dono da Riachuelo, diz que vê projeto eleitoral e defende contenção de gasto público. “O que

### Alckmin repete que reforma tributária pode ser aprovada no 1º semestre

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse nesta segunda-feira (6) que a reforma tributária pode ser aprovada ainda no primeiro semestre deste ano.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) vem afirmando que a reforma tributária estaria apta para ser votada ainda no primeiro semestre e que acreditava ser possível uma aprovação até abril na Câmara dos Deputados.

Alckmin citou duas PECs (Proposta de Emenda à Constituição) que estão sendo discutidas no Congresso Nacional, as de número 110 e 45, que podem simplificar a questão tributária do Brasil ao unir diferentes

impostos em um único IVA.

No dia 2 de fevereiro, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que a discussão do tema no Congresso levará ao menos seis meses.

“Acredito que [a reforma] possa ser aprovada ainda neste primeiro semestre. Tem que aproveitar o início do governo para aprovar as PECs, aquilo que exige uma mudança da Constituição e maioria qualificada”, afirmou, durante fórum sobre economia verde realizado pelo BandNews TV, em São Paulo

O vice-presidente ainda mencionou a eleição de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o comando das duas casas legislativas, o que pode ajudar a dar celeridade ao processo.

Thiago Bethônico/Folhapress



pressiona o juro para cima é a perspectiva que o mercado está tendo de forte crescimento do gasto público. Acabar com a independência do Banco Central, explodir o gasto público e colocar o BC subordinado ao governo federal é simplesmente quebrar o termômetro. Tem duas maneiras de curar a febre: descobrir a causa e recomendar o antibiótico correto ou quebrar o termômetro, o que significa deixar de ver os sintomas. Você tem que atacar os sintomas, não quebrar o termômetro”, diz o empresário.

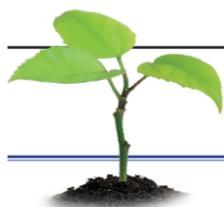
O banqueiro Ricardo Lacerda, do BR Partners, também critica. “É lamentável ver o chefe do Executivo atacando a independência do Banco Central, uma conquista da sociedade. A política monetária é mero reflexo da irresponsa-

bilidade fiscal em que o país mergulhou. Roberto Campos é nosso último bastião contra a insanidade de políticas econômicas”, diz ele.

Na semana passada, Lula se referiu a Campos Neto como “esse cidadão” e disse que vai esperar acabar o atual mandato no BC (que vai até o fim de 2024) para reavaliar o Banco Central independente.

O investidor Lawrence Pih afirma que os sinais que Lula vem emitindo contra a independência do BC e o patamar dos juros preocupam porque, na gestão Dilma Rousseff, com Alexandre Tombini na presidência da autarquia, a Selic foi pressionada para baixo até o patamar de 7,25%, mas depois teve de subir para 14,25% enquanto a alta dos preços não cedia.

Folhapress



## Maior poder de compra de adubos tem benefício limitado para safra 22/23, diz Agrinvest



A atual melhora na relação de troca para compra de fertilizantes no Brasil, que favorece o agricultor, tem efeito limitado para a temporada de 2022/23, visto que os produtores da maioria dos Estados já realizaram as compras do insumo que será utilizado no plantio da segunda safra, disse à Reuters a consultoria Agrinvest.

Segundo o analista de inteligência de mercado de fertilizantes da Agrinvest, Jefferson Souza, somente Minas Gerais e São Paulo dentre os principais Estados produtores ainda teriam “janela” para compra de adubos para o milho de inverno.

“Os agricultores comentam que faltam entre 15% e 20% ainda da necessidade de fertilizantes para comprar

para a safrinha nesses lugares, sobretudo em nitrogenados”, afirmou o especialista.

Por outro lado, ele disse que a queda na relação de troca incentiva os produtores – especialmente de Mato Grosso, que é o primeiro a iniciar o plantio de verão – a trabalharem nas compras para a próxima safra, que terá início em setembro.

“No caso da soja, Mato Grosso está com 55% dos fertilizantes adquiridos de 23/24, um número próximo da média histórica, mas acima dos 44% do mesmo período do ano passado”, afirmou Souza.

Produtores de outras regiões, como o Paraná, normalmente caminham a passos mais lentos nas aquisições de insumos e, segundo o analista, estão com cerca de 15% a 20% das compras de adu-

bos realizadas para 2023/24. Nestes casos, há mais espaço para aproveitar a relação de troca favorável ao produtor.

“Há também um sentimento de cautela por parte do agricultor porque, no ano passado, quem antecipou muito as compras pagou mais caro que quem comprou na ‘boca’ da safra, em meados de agosto, quando os preços já tinham começado a cair”, ressaltou.

Nesta segunda-feira, a multinacional Mosaic informou em nota que o Índice de Poder de Compra de Fertilizantes (IPCF), calculado pela companhia, alcançou em janeiro a média de 0,99 ponto, o número mais baixo dos últimos 19 meses que indica que a relação de troca para aquisição de adubos está favorável ao agricultor.

Notícias Agrícolas

## Cacau tem nova preocupação com oferta global e começa semana no positivo

O mercado futuro do cacau encerrou o primeiro pregão da semana com ajustes técnicos para os preços em Nova York. O contrato referência teve alta de 0,31%, negociado por US\$ 2577.

De acordo com análise do site internacional Barchart, a commodity teve suporte nos estoques monitorados pela ICE. Os dados mais recentes mostraram queda nos últimos meses. “Estão moderadamente acima da mínima de 9 meses e meio desde 3 de janeiro”, afirma a publicação.

Já em Londres, o cacau teve suporte na queda da libra, que atingiu a mínima de um mês em relação ao dólar. “A libra mais fraca impulsiona o cacau que é cotado em libras esterlinas”, complementa.

O dólar encerrou com alta de 0,51%, negociado por R\$ 5,17 na venda. “O dólar

avançou frente ao real nesta segunda-feira, com novas tensões entre governo e Banco Central e a possível intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ampliar a isenção do Imposto de Renda afastando investidores do risco, em meio ainda a temores sobre a trajetória de aperto monetário do Federal Reserve”, afirma a agência Reuters.

Além disso, o cacau teve suporte na preocupação com a oferta da África Ocidental. Desde o início da guerra, há quase um ano, os produtores dessas áreas são impactados com falta de fertilizantes.

“No lado positivo para o cacau estão as menores exportações de cacau da Nigéria depois que a Associação de Cacau da Nigéria informou em 24 de janeiro que as exportações de cacau da Nigéria caíram -0,7%”, destaca mais uma vez a análise do Barchart.

Notícias Agrícolas



## Bayer leva inovações em sementes e fungicida inédito desenvolvido no Brasil ao Show Rural Coopavel



A Bayer trará novidades para o Show Rural Coopavel, que será realizada entre os dias 6 e 10 de fevereiro no município de Cascavel (PR). Em seus estandes, a empresa irá apresentar um leque de inovações para toda a jornada do agricultor, desde o planejamento até a colheita. Com investimentos globais de cerca de € 2 bilhões por ano em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a agricultura, a multinacional oferecerá experiências com produtos e soluções de ponta que contribuem com o crescimento da produção agrícola de forma sustentável.

O mais recente avanço na estratégia de trazer inovações que permitam produzir mais em um mesmo hectare poderá ser conhecido em pri-

meira mão pelos visitantes: o Fox Supra, novo fungicida sistêmico, ideal para ser utilizado no controle de doenças na cultura da soja. A formulação possui dois ingredientes ativos, o Protiocanazol e o Impirfluxam que, juntos, atuam com alta performance em diferentes fases do processo infeccioso das doenças como a ferrugem asiática, mancha-alvo, mancha-parda, antracnose, cercospora e oídio.

O fungicida, desenvolvido no país, é apenas uma das soluções que serão apresentadas aos produtores pela companhia no Show Rural Coopavel, conforme afirma Marcio Santos, presidente e líder comercial da divisão agrícola da Bayer.

“A forte pressão de pragas e doenças na agricultura brasileira demanda soluções

que ajudem a alcançar, de maneira sustentável, todo o potencial produtivo existente. A Bayer se orgulha de participar de momentos cruciais para a evolução da agricultura ao lado dos produtores”, comenta Santos. “Estamos muito contentes de poder mostrar pessoalmente aos visitantes do Show Rural Coopavel as inovações desenvolvidas para que eles produzam mais por hectare ao mesmo tempo em que reduzem o impacto ambiental, com um processo de tomada de decisão mais inteligente, eficiente e baseado em dados de suas propriedades.”

Segundo Márcio Santos, a missão da companhia é atuar como o principal parceiro do produtor rural nas tomadas de decisão da lavoura.

Notícias Agrícolas

## Investimentos

### Selic em 13,75%: veja fundos imobiliários que mais podem se beneficiar dos juros mantidos elevados



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve nesta semana – e pela quarta-vez consecutiva – a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano. O indicador serve como referência para o rendimento das aplicações de renda fixa, mas alguns produtos de renda variável também acabam se beneficiando com a taxa nos atuais níveis.

Entre eles estão os fundos imobiliários de “papel”, que investem em títulos de renda fixa atrelados a índices de inflação ou à taxa do CDI (certificado de depósito interbancário), que acompanha a variação da Selic.

Mesmo sendo ativos de renda variável, os FIIs de “papel” são vistos como uma alternativa para quem quer

capturar a rentabilidade da renda fixa e não abre mão de receber dividendos mensais – uma das principais características dos fundos imobiliários, ou FIIs, como são conhecidos.

Levantamento do InfoMoney listou os FIIs de “papel” mais expostos ao CDI atualmente, ou seja, os fundos que contam com a maior concentração de títulos indexados à taxa no portfólio.

Considerando apenas nos FIIs que compõem o Ifix (índice que reúne os fundos imobiliários mais negociados na Bolsa), o Kinea Rendimentos Imobiliários encabeça a relação. Hoje, 97% dos títulos da carteira são indexados ao CDI – praticamente a totalidade do patrimônio líquido do fundo.

Entre os títulos de renda fixa que podem compor o portfólio de um fundo de

“papel” está o certificado de recebíveis imobiliários (CRI), instrumento usado por empresas do setor para captar recursos no mercado.

Na prática, essas companhias “empacotam” receitas futuras que têm para receber – como aluguéis ou parcelas pela venda de apartamentos, por exemplo – em um título (o CRI) que é vendido aos investidores. Em geral, o CRI embute um rendimento prefixado (a taxa média da tabela acima) e a correção por um indicador, que normalmente é a taxa do CDI ou o IPCA.

Desta forma, quanto mais elevado estiver o indicador, maior será a receita do fundo atrelada ao indexador e, conseqüentemente, mais dividendos a carteira poderá distribuir entre os cotistas.

Infomoney

### Os FIIs mais recomendados para comprar em fevereiro; qual o impacto da crise da Americanas no mercado?



Com um começo de ano bastante conturbado, o índice de fundos imobiliários da B3 (Ifix) terminou janeiro em queda de 1,6%, aos 2.821 pontos. No mesmo período, o Ibovespa subiu 3,4%. Além de incertezas macroeconômicas, o comportamento dos FIIs refletiu a crise na Americanas (AMER3), que pediu recuperação judicial no mês passado.

Pelos cálculos do BTG Pactual, a repercussão do caso envolvendo a varejista, que declarou uma dívida na casa de R\$ 47 bilhões, gerou maiores oscilações nas cotas dos FIIs, especialmente no segmento de logística, que apresentou, em média, queda de 3,16% em janeiro.

### “Data com”: confira as datas de corte para investir em ações em fevereiro e ganhar com dividendos

Desde desta segunda-feira (6), cinco empresas têm “data com” – ou datas de corte – programadas para fevereiro. O investidor que quiser garantir o recebimento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JCP) anunciados por essas companhias deverá ter as ações em carteira até lá. A partir da “data-ex”, quem comprar os papéis não faz mais jus aos proventos.

Na lista de fevereiro, há empresas como Romi (ROMI3), JHSF (JHSF3), Itaúsa (ITSA4) e Itaú (ITUB4).

Lembrando que os dividendos não sofrem tributação do Imposto de Renda. Já no caso dos JCP é descontada uma alíquota de 15% sobre o valor bruto pago pelas empresas.

Quem investe em ações com o objetivo de obter renda passiva deve ficar atento a dois conceitos importantes: “data com” e “data ex”.

A “data com” indica qual é o último dia que o investidor tem para possuir uma ação e

receber os proventos (dividendos ou JCP) anunciados, explica Sergio Biz, analista e sócio do GuiaInvest.

Se compra e mantém os papéis em carteira até a “data com”, o investidor receberá os valores na data combinada. Se o acionista vende as ações antes da “data com” ou compra os papéis depois dela, não fará jus aos proventos anunciados na ocasião.

Já a “data ex” representa o momento em que o investidor deixa de ter direito aos proventos. Nesta data, o preço das ações sofre um reajuste descontando o valor dos proventos. Isso ocorre porque o dinheiro distribuído na forma de dividendos ou JCP sai do caixa da empresa.

Um erro muito comum entre investidores, que deve ser evitado, é comprar uma ação que vai pagar dividendos até “data com” e vendê-la na “data ex”, acreditando estar ganhando os dividendos de graça – na verdade, sairá no zero a zero.

Infomoney



Mesmo com a alta volatilidade, na prática, os analistas optaram por não fazer grandes mudanças nas carteiras recomendadas de fundos imobiliários para fevereiro. Ainda assim, as movimentações pontuais foram suficientes para trazer uma novidade na lista de destaques: o ingresso do RBR Rendimento High Grade (RBRR11) – com cinco indicações – no lugar do RBR Alpha Multiestratégia (RBRF11).

A liderança no acompanhamento permanece com o Bresco Logística (BRCO11), que sustentou as oito recomendações recebidas no mês passado. O portfólio tem 3,6% de sua receita imobiliária derivada de Americanas (veja mais detalhes ao longo

da reportagem), segundo informações da própria gestora.

A pesquisa mostra ainda que o CSHG Recebíveis Imobiliários (HGCR11) ganhou uma recomendação em fevereiro e agora ocupa de forma isolada o segundo lugar no ranking geral, com um total de sete apontamentos.

Em terceiro estão o CSHG Renda Urbana (HGRU11) e o Kinea Rendimentos Imobiliários (KNCR11), empatados com seis indicações.

Presente em cinco carteiras, o RBRR11 fecha a lista dos FIIs mais citados no mês.

Em um panorama sobre a indústria, apesar dos preços atrativos, o sentimento predominante é de prudência.

Infomoney



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.  
As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>  
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

# Publicidade Legal

## Smart Break Comércio Lanches Ltda.

CNPJ nº 30.782.083/0001-89 - NIRE 35235284628  
Instrumento Particular de 6ª Alteração do Contrato Social

I. **Rodrigo Colas Sabino de Freitas**, CPF/ME nº 353.223.218-96, RG 34922484-5-SSP-SP; e II. **Ana Elisabete Colas**, CPF/ME nº 143.608.958-10, RG nº 15666953-5-SSP-SP. Únicos sócios da sociedade empresária **Smart Break Comércio Lanches Ltda.**, CNPJ/ME nº 30.782.083/0001-89 ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade nos seguintes termos: **1. Transformação do Tipo Jurídico: 1.1.** Os sócios decidem, transformar o tipo societário de limitada para sociedade por ações, o que não importará em dissolução e liquidação da Sociedade, a qual continuará existindo sob o novo tipo societário, com o mesmo endereço, objeto, direitos e obrigações, ativos e passivos sociais, escrituração comercial e fiscal, observadas eventuais adaptações decorrentes da alteração do tipo societário. **1.2.** Os sócios passam a ser doravante denominados "Acionistas". **2. Alteração do Nome Empresarial: 2.1.** Os Acionistas decidem modificar a denominação da Sociedade para "**Smart Break Comércio Lanches S.A.**", sendo doravante denominada "Companhia". **3. Alteração de Quotas para Ações: 3.1.** Em razão da transformação do tipo societário, os Acionistas decidem ajustar a conversão de cada 1 quota para 100 ações, passando das atuais 80.000 quotas, totalmente subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 por quota, para 8.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Pelo exposto, a Companhia passará a vigor com capital social de R\$ 80.000,00, dividido em 8.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. As ações aqui emitidas são subscritas. **4. Criação e Eleição da Diretoria: 4.1.** Os Acionistas decidem que a Companhia passará a ser administrada por uma Diretoria, a ser composta por pelo menos 1 Diretor, acionista ou não, dispensado de caução, designado "Diretor", que terá suas atribuições conforme disposto na Lei das S/A e no Estatuto Social adiante aprovado, sendo eleito para um mandato unificado de 2 anos. **4.2.** Neste ato, é eleito como único Diretor o Sr. **Rodrigo Colas Sabino de Freitas**, CPF/ME nº 353.223.218-96, RG 34922484-5-SSP-SP. **4.3.** O Diretor ora eleito tomará posse de seu cargo mediante assinatura de termo de posse. **4.4.** O Diretor ora eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **5. Aprovação do Novo Estatuto Social: 5.1.** Os Acionistas decidem aprovar o Estatuto Social. Nada mais. SP, 05/10/2022. **Estatuto Social. Capítulo I. Nome, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1. A Smart Break Comércio Lanches S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S/A"). **§Único.** A Companhia poderá ser regulada, ainda, por Acordo de Acionistas, conforme artigo 118 da Lei das S/A. **Artigo 2.** A Companhia tem sede no município de São Paulo/SP, na Avenida Miguel Farias e Vasconcelos, nº 223, anexo 235, Jaguaré, CEP 05345-000, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social: (a) comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; (b) lanchonetes, casas de chá, sucos e similares; (c) comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância em produtos alimentícios, minimercados, mercearias e armazéns; (d) serviços de publicidade e propaganda; (e) comércio varejista de eletrodomésticos novos e usados; e (f) comércio varejista de móveis novos e usados. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações: Artigo 5.** O capital social da Companhia é de R\$ 80.000,00, representado por 8.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§Único.** Cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **§2º.** Aos acionistas é vedada a alienação de suas ações sem, antes, oferecê-las aos demais acionistas, em igualdade de termos e condições com potencial adquirente, sendo garantido aos acionistas o direito de preferência para aquisição das ações ofertadas, observados procedimentos, termos e condições previstos em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais: Artigo 6.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132 da Lei das S/A, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor ou por qualquer dos Acionistas. **§1º.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **§2º.** A Assembleia Geral será presidida por qualquer acionista presente, que procederá à eleição da mesa, composta de presidente e secretário, também escolhido dentre os presentes, acionistas ou não. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador na forma do Art. 126, § 1º, da Lei das S/A. **Artigo 7.** As deliberações em Assembleias Gerais da Companhia seguirão as regras previstas na Lei das S/A, neste Estatuto Social e/ou em Acordo de Acionistas da Companhia que esteja arquivado em sua sede social. **Artigo 8.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede da Companhia. Qualquer acionista da Companhia poderá participar das Assembleias Gerais pessoalmente, por videoconferência ou por conferência telefônica. **Artigo 9.** As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas detentores da maioria das ações de emissão da Companhia, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda convocação. **§Único.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Caso a Assembleia Geral ocorra por videoconferência ou por conferência telefônica, a respectiva ata deverá ser, posteriormente, assinada por todos os acionistas que participaram da Assembleia Geral e lavrada em livro próprio. Será admitida a assinatura eletrônica ou digital da ata. **Artigo 10.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, exceto quando exigido de maneira diversa por lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas que esteja arquivado na sede social da Companhia. **Capítulo IV. Administração da Companhia: Artigo 11.** A Companhia será administrada por uma Diretoria que será composta por pelo menos 1 Diretor, acionista ou não, sem designação específica. **§Único.** O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo por 2 anos, devendo continuar no cargo até a eleição e posse de seu sucessor, exceto nos casos de vacância do cargo em questão. **Artigo 12.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhes forem conferidas em lei e neste Estatuto Social. **Artigo 13.** Os atos e operações de administração dos negócios sociais que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia, ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos, incluindo o uso do nome empresarial, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados da seguinte forma: (i) por ato ou assinatura do Diretor; ou (ii) por ato ou assinatura de um procurador, com poderes especiais, desde que constituído nos termos deste Estatuto Social e agindo dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato. **§Único.** Com exceção das procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, as procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a 1 ano. **Artigo 14.** São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos do Diretor ou procurador que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais. **Artigo 15.** A remuneração global e individual do Diretor, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral de acionistas. **Artigo 16.** Em caso de vacância ou impedimento definitivo verificado no cargo da diretoria, o os atos sociais deverão ser praticados mediante suplente nomeado para este fim até a designação e posse do Diretor substituto, que ocorrerá por meio de deliberação em reunião do Assembleia Geral de acionistas, a ser realizada no prazo máximo de 15 dias após a ocorrência da vacância ou impedimento definitivo. O Diretor substituto deverá cumprir o restante do mandato do Diretor substituído. **Capítulo V. Conselho Fiscal: Artigo 17.** A Companhia possuirá um Conselho Fiscal não permanente que, quando instalado, será constituído por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **§1º.** A instalação do Conselho Fiscal deverá ser deliberada pela Assembleia Geral. **§2º.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão investidos nas suas funções mediante a assinatura de um Termo de Posse, registrado no respectivo livro de registro de atas de reunião do Conselho Fiscal. **§3º.** As funções, competência, deveres, responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal deverão obedecer às disposições legais. **§4º.** Quando no exercício de suas funções, os membros efetivos do Conselho Fiscal terão direito a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral, observados os limites legais. **Capítulo VI. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos lucros: Artigo 18.** O exercício social terá início no primeiro dia do mês de janeiro e término no último dia do mês de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social o Diretor elaborará, em até 30 dias, as demonstrações financeiras exigidas em lei, que contemplará a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, se houver. **Artigo 19.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados ou reservas de lucros existentes nesses balanços. **§1º.** Por deliberação da Assembleia Geral poderão também ser declarados e distribuídos dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Art. 182, § 1º, da Lei das S/A. **§2º.** Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 20.** Do lucro líquido de cada exercício social, destinar-se-á: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social ou o limite previsto no Art. 193, § 1º, da Lei das S/A e que poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o §1º do artigo 182 da Lei das S/A, exceder de 30% do capital social; e (ii) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução que trata o item (i) deste Artigo e ajustado na forma do Art. 202 da Lei das S/A, parcela de 1% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas; **§Único.** Atendida a distribuição prevista neste Artigo, o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral. **Capítulo VII. Liquidação, Dissolução e Extinção: Artigo 21.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **§1º.** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **§2º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para sua atuação. **Capítulo VIII. Acordo de Acionistas: Artigo 22.** A Companhia observará o Acordo de Acionista arquivado na sede da Companhia, na forma do Artigo 118 da Lei das S/A, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações e ao presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar os votos lançados em infração a referidos acordos. **Capítulo IX. Foro e Lei Aplicável: Artigo 23.** Os acionistas elegem o foro da comarca de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas e controvérsias oriundas do presente Estatuto. **Artigo 24.** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade do presente Estatuto. **Capítulo X. Disposições Gerais: Artigo 1.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e são regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. **Artigo 2.** Todos os documentos relacionados aos contratos celebrados pela Companhia com suas partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de ações ou outros títulos e valores mobiliários de sua emissão deverão ser disponibilizados aos acionistas e arquivados na sede social. JUCESP/NIRE nº 3530060394-0. JUCESP nº 655.009/22-0 em 09/11/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

## Selected Participações S.A.

CNPJ/ME nº 29.163.494/0001-07 - NIRE 35.300.512.600

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Realizada aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro de 2023, às 10 horas, na sede social da **Selected Participações S.A.**, localizada na Rua Fiação da Saúde, nº 145, Edifício Paineiras, sala 112-B, Vila da Saúde, CEP 04.144-902 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **3. Mesa:** Presidida pela Sra. **Aline Ferreira Penna Peli**, e secretariada pelo Sr. **Luciano Rocha Sessim**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 15.400.000,00 (quinze milhões e quatrocentos mil reais), com consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) a renúncia do Sr. Luciano Rocha Sessim do cargo de Diretor da Companhia; e (iii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação da deliberação acima. **5. Deliberações:** as seguintes deliberações foram tomadas pela acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas: (i) Aprovar o aumento de capital social no valor total de R\$ 15.400.000,00 (quinze milhões e quatrocentos mil reais), mediante a emissão de 15.400.000 (quinze milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base no art. 170, § 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas pela acionista Pet Center Comércio e Participações S.A., nos termos do Boletim de Subscrição que integra o **Anexo I** à presente ata, e integralizadas, em moeda corrente nacional, mediante capitalização dos valores relativos aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") transferidos pela Acionista Pet Center Comércio e Participações S.A. à Companhia, conforme devidamente registrados na contabilidade da Companhia. Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passará de R\$ 25.164.445,00 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais) dividido em 19.474.158 (dezenove milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e cento e cinquenta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 40.564.445,00 (quarenta milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), dividido em 34.874.158 (trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e cento e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Deste modo, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia vigorará com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.564.445,00 (quarenta milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), dividido em 34.874.158 (trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e cento e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.**" (ii) Aceitar a renúncia do Sr. **Luciano Rocha Sessim**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 70.707.949-41 e inscrito no CPF/ME sob nº 944.091.450-53, ao cargo de Diretor da Companhia, conforme Termo de Renúncia que integra o **Anexo II** à presente ata. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Após tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma sumária, nos termos do § 1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Aline Ferreira Penna Peli – Presidente; Luciano Rocha Sessim – Secretário. **Acionista:** Pet Center Comércio e Participações S.A. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 20 de janeiro de 2023. **Mesa: Aline Ferreira Penna Peli – Presidente; Luciano Rocha Sessim – Secretário(a). Acionista Presente: Pet Center Comércio e Participações S.A. Nome:** Sergio Zimerman – **Cargo:** Diretor; **Nome:** Aline Ferreira Penna Peli – **Cargo:** Diretora. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 47.596/23-5 em 03/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## João de Moura Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 33.892.409/0001-19 - NIRE 3523165371-8

### Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da Joao Moura Empreendimentos Imobiliários Ltda. a se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada, em primeira convocação, mediante a presença de quotistas titulares da maioria do Capital Social da Sociedade, no 02 de fevereiro de 2023, às 17h00min, na sede social, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 2578, Bairro Jardim Paulista CEP 01442-002, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – **Da alteração do objeto social e CNAE:** Altera-se o Objeto Social da Sociedade Empresária Denominada João Moura Empreendimento Imobiliário Ltda, que passa a ser por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, no país ou no exterior, podendo exercer ou não as funções de gestão e condução dos negócios das investidas, (CNAEs 6462-0/00 e 6463-8/00), II Alteração da Cláusula Terceira do Contrato Social. São Paulo 27 de janeiro de 2023. A Diretoria. (07, 08 e 09/02/23)

## Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 - NIRE 35.300.451.732

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/01/2023

**Data, Local, Hora:** 12/01/2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Ordem do Dia:** (i) transferência da filial da Companhia da Avenida Cabo Basílio Zechim Junior, 900, Jardim Novo II, Rio Claro-SP, para a Rodovia Fausto Santomauro, 127, Zona de Expansão Urbana, km 3.504, Rio Claro-SP; (ii) transferência da filial da Companhia de Estrada Geral da Boca do Monte, nº 4.555, Caturrita, Santa Maria-RS, para a Avenida Governador Walter Jobim, nº 525, Lote 01, Patronato, Santa Maria-RS; (iii) transferência da filial da Companhia da Rua Frei Gaspar, nº 3.092, Parque São Vicente, São Vicente-SP, para a Avenida Padre Alarico Zacharias, 1300, Fundos, Parque Industrial, Araras-SP; (iv) transferência da filial da Companhia da Avenida dos Inajás, 10, Jardim Boa Vista, Hortolândia-SP, para a Rodovia CE 060, 1100, Distrito Padre Cicero, Vila Palmeirinha, Juazeiro do Norte-CE; (v) alteração do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: (i) aprovar a transferência da filial da Companhia da Avenida Cabo Basílio Zechim Junior, 900, Jardim Novo II, Rio Claro-SP, CNPJ/MF nº 17.851.447/0005-09, NIRE 35.904.780.251, para o mesmo município, na Rodovia Fausto Santomauro, 127, Zona de Expansão Urbana, km 3.504; (ii) aprovar a transferência da filial da Companhia da Estrada Geral da Boca do Monte, nº 4.555, Caturrita, Santa Maria-RS, CNPJ/MF nº 17.851.447/0007-62, e NIRE 43.901.803.796, para o mesmo município, na Avenida Governador Walter Jobim, nº 525, Lote 01, Patronato; (iii) aprovar a transferência da filial da Companhia da Rua Frei Gaspar, nº 3.092, Parque São Vicente, São Vicente-SP, CNPJ/MF nº 17.851.447/0012-20, NIRE 35.905.913.344, para o município de Araras, Estado de São Paulo, na Avenida Padre Alarico Zacharias, 1300, Fundos, Parque Industrial; (iv) aprovar a transferência da filial da Companhia da Avenida dos Inajás, 10, Jardim Boa Vista, Hortolândia-SP, CNPJ nº 17.851.447/0003-39, NIRE 35.904.543.616, para o município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, na Rodovia CE 060, nº 1100, Distrito Padre Cicero, Vila Palmeirinha; (v) Em razão da deliberação aprovada, os acionistas decidem alterar a Cláusula 1ª do seu Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 1ª.** A Companhia, constituída e organizada sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S.A.**, e tem sede social na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, CEP 05727-200, São Paulo, SP, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações e/ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. **§ 1º.** A Companhia possui as seguintes filiais, com capital destacado de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada uma: (a) Rua E, lote 83/84, Distrito Industrial, Teresina, Piauí, CEP 64025-050; (b) Avenida Miguel Pinto de Santana, 200, Nova Esperança, Feira de Santana, Bahia, CEP 44025-720, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0004-10; (c) SRTV/Sul, Quadra 701, Conjunto D, Bloco B, 280, sala 317, Brasília, Distrito Federal, CEP 70200-004, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0002-58; (d) Rodovia CE 060, nº 1100, Distrito Padre Cicero, Vila Palmeirinha, Juazeiro do Norte, CEP: 63082-000, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0003-39; (e) Rodovia Fausto Santomauro, 127, Zona de Expansão Urbana, km 3.504, Rio Claro, São Paulo, CEP 13500-970, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.851.447/0005-09; (f) Praça Paul Harris, 322, sala B, bairro Conceição, Diadema, São Paulo, CEP 09991-200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.851.447/0006-81; (g) Avenida Governador Walter Jobim, nº 525, Lote 01, Bairro Patronato, Santa Maria, RS, CEP: 97020-355, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0007-62; (h) Rua Moxotó, nº 268, Chácara Reunidas, São José dos Campos, SP, CEP 12238-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0009-24; (i) Avenida Henry Ford, nº 1718, bairro Parque da Mooca, São Paulo, SP, CEP: 03109-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0011-49; (j) Avenida Padre Alarico Zacharias, 1300, Fundos, Parque Industrial, Araras, SP, CEP 13601-343, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0012-20; e (k) Praça Maastricht, 200, Torre I Corporate, sala 709, Residencial Euroville, Bragança Paulista-SP, CEP: 12917-021, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0014-91. **§ 2º.** A Companhia possui as seguintes sucursais: (a) Cidade de Lima, Capital da República do Peru, com endereço Avenida Manuel Olguin, 211, oficina 503, Santiago de Surco, Lima, Peru, capital social destacado de R\$ 339.494,00 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais) e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0008-43; (b) Cidade de La Paz, Estado Plurinacional da Bolívia, com endereço na Calle 15 de Calacoto, nº 8089, Ed. Fergal, 2º piso, Oficina 2 °C", capital social destacado de R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais) e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0010-68; e (c) Cidade de Quito, Capital da República do Equador, com endereço na Avenida República del Salvador N35-82 y Portugal, Edifício Twin Towers, Torre 1, Piso 9, bairro Iñaquito, código postal 170105, capital social destacado de R\$ 11.282.200,00 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil e duzentos reais) e inscrita e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0013-00."; e (v) Diante das deliberações tomadas, os acionistas resolvem aprovar a consolidação do Estatuto Social (anexo I). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata. São Paulo, 12 de janeiro de 2023. **Assinaturas:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** Alvor Participações Ltda. e Adilson Alves Martins. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 47.062/23-0 em 01/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Números do mercado financeiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,1757 / R\$ 5,1763 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1730 / R\$ 5,1750 \*

Turismo - R\$ 5,2500 /

R\$ 5,3710

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: 0,54%

OURO BM&F

R\$ 307,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0.18%

Pontos: 108.721

Volume financeiro:

R\$ 21,401 bilhões

Maiores altas: Ultrapar

ON (4,30%), Petrobras

PN (3,99%), Vibra ON

(3,90%)

Maiores baixas: BRF ON

(-7,24%), Marfrig ON

(-6,75%), Qualicorp ON

(-5,06%)

S&P 500 (Nova York):

-0,61%

Dow Jones (Nova York):

-0,10%

Nasdaq (Nova York):

-1,0%

CAC 40 (Paris): -1,34%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,84%

Financial 100 (Londres):

-0,82%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,67%

Hang Seng (Hong Kong):

-2,02%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,76%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,32%

Merval (Buenos Aires):

1,77%

IPC (México): 0,32%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Dezembro 2022: 0,62%

## Negócios

### Loggi demite 7% dos funcionários para 'aumento da eficiência operacional'



A startup de logística Loggi anunciou nesta segunda-feira (6) a demissão de cerca de 7% do quadro de funcionários. O corte ocorre apenas seis meses depois que outros 15% foram demitidos para “adaptar a companhia ao novo cenário global”.

Em nota, a empresa diz que a ação busca um aumento da eficiência operacional e resulta da avaliação criteriosa das prioridades. A Loggi não informou o número absoluto de demissões nem as áreas afetadas.

Segundo o site Layoffs Brasil, que registra o número de desligamentos em startups, foram 250 dispensas neste segunda. Ex-funcio-

nários confirmam o número. A startup disse que os empregados desligados serão contemplados por um pacote de benefícios que inclui ajuda de custo para contratação de plano de saúde para titular e dependentes, assistência psicológica e suporte no processo de recolocação profissional.

A Loggi ainda disse que, em 2022, ganhou market share e cresceu cerca de 50% em relação a 2021.

Em agosto de 2022, a empresa demitiu cerca de 15% dos funcionários. Thibaud Lecuyer, então diretor financeiro, substituiu Fabien Mendez, um dos cofundadores, na presidência.

A empresa disse em comunicado à época que “a

redução de seu quadro de funcionários faz parte de um conjunto de ações de aumento de eficiência operacional tomadas nos últimos seis meses para adaptar a companhia ao novo cenário global e garantir a sustentabilidade do negócio”.

Considerando os dois cortes, a Loggi demitiu cerca de 750 funcionários nos últimos seis meses.

A Folha de S.Paulo contabilizou mais de 1.300 demissões em startups apenas neste ano, sem considerar os desligamentos da Loggi nesta segunda-feira (6). Em novembro, a startup do setor imobiliário Loft anunciou o corte de 12% de seus 2.600 funcionários. Folhapress

### A Vivara quer criar uma “casa de marcas”. E já escolheu sua joia da coroa

Em fevereiro de 2021, Paulo Kruglensky foi nomeado CEO da Vivara no lugar de Márcio Kaufman, seu primo e filho de Nelson Kaufman, fundador da empresa. Antes, entre 2007 e 2019, ele já havia comandado outro negócio controlado pela família, a Etna, varejista de móveis e decoração.

Passados exatos dois anos desde que assumiu o posto, a experiência do executivo de lidar com diferentes operações dentro de uma mesma “casa” pode servir como inspiração para os próximos passos da joalheria, avaliada em R\$ 5,8 bilhões.

Em linha com o conceito de “house of brands”, que vêm ganhando corpo, em particular, no varejo de moda, a Vivara enxerga uma boa abertura para agrupar uma coleção de marcas sob o seu guarda-chuva.

“A Arezzo tem diversas marcas nos mesmos shoppings. Por que não podemos fa-

zer o mesmo no mercado de joalherias?”, diz Kruglensky. “Temos outras entregas no curto e médio prazo, mas é uma das nossas ambições.”

Segundo o executivo, hoje, o mercado endereçável da Vivara, que também inclui acessórios pessoais, é de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Levando-se em conta apenas o segmento de joias, a cifra gira em torno de R\$ 12 bilhões.

“Quando falamos em joias, tem um mercado para cima, de alta joalheria e voltado à classe A+, de R\$ 2 bilhões, no qual a Vivara ainda não trabalha”, afirma. “E para baixo, no cluster da Classe C, um mercado low end de mais de R\$ 1,5 bilhão, em que também não temos nenhuma marca.”

Ao destacar essas duas oportunidades, ele ressalta que a estratégia para concretizar esses planos pode passar, no médio e longo prazo, pelo desenvolvimento interno e por aquisições. NeoFeed



### C6 Bank demite funcionários e prepara reestruturação



O C6 Bank demitiu parte de sua equipe na manhã desta segunda-feira (6). As demissões começaram a ser negociadas com o Sindicato dos Bancários na semana passada e foram confirmadas pela empresa à reportagem. O banco, no entanto, não informou o número de profissionais desligados.

Com o corte, a fintech se soma a Nubank, Loggi e 99, entre outras, que reduziram seus quadros nas últimas semanas. Em nota, a empresa afirma tratar-se de “readequações” e diz ainda que irá manter o cronograma de contratações previstas para este ano, com objetivo de encerrar 2023 com 800 novos profissionais. Por ora, permanecem abertas 400 vagas. Com 22,9

milhões de clientes, estima-se que o banco tenha cerca de 4.000 funcionários.

“Como é praxe nas empresas que buscam o melhor nível de eficiência nos mercados em que estão inseridas, o grupo avalia periodicamente a produtividade das equipes e, quando necessário, faz readequações de cargos e profissionais, bem como adequações de suas estruturas ao momento do negócio”, diz em nota.

Não devem ocorrer novos cortes nesta semana. O banco não informou se houve algum tipo de benefício extra oferecido aos demitidos além das verbas rescisórias previstas em lei, como extensão da cobertura do plano de saúde —ação adotada por algumas startups que fizeram demissões recentemente.

Funcionários dizem que, antes mesmo de serem comunicados da demissão, o acesso aos sistemas da empresa já haviam sido bloqueados.

A intenção com as demissões seria, segundo fontes, reestruturar o foco da empresa, antes voltada à criação de novos produtos na área tecnológica. Agora, a intenção é popularizar mais os serviços oferecidos e ampliar o número de clientes, voltando-se para a área de marketing e de atendimento ao cliente.

Levantamento divulgado pelo Banco Central em janeiro mostra que o C6 Bank ocupa o terceiro lugar no ranking de reclamações do BC. O banco recebeu 759 queixas procedentes de outubro a dezembro de 2022 —totalizando 33,13 pontos. Cristiane Gercina/Folhapress